

Fwd: IMPUGNAÇÃO PROCESSO 125/2023 LICITAÇÃO 49/2023

Leandro Queiroz <queirozpivetta@gmail.com>

ter 07/11/2023 09:53

Para:pregoeiro <pregoeiro@tre-ms.jus.br>;

 17 anexos (9 MB)

Ofício-Circular-n-039-Orgao-de-Fiscalizacao-profissional.pdf; DECLARAÇÃO TECNICO.pdf; Resolução CONFEA Nº 1057 DE 31_07_2014 - Federal - LegisWeb.pdf; INF001-22 - PO 002-2022 - 263588 - análise impugnação.pdf; Ofício-Circular-n-002-2018-CFT.pdf; DECRETO 90922.pdf; CONTRATO SERVIÇO.pdf; TECNICO MECANICA - DELIBERACAO-PLENARIA-N-016-2019.pdf; doc. ADRIANO cft.pdf; DECISÃO_IMPUGNAÇÃO 1-2021-empresa QUEIROZ.PDF; RESOLUCAO-CFT-N-074-2019-ELETROTECNICO.pdf; CertidaoCFT ADRIANO.pdf; LEI Nº 13.639, DE 26 DE MARÇO DE 2018 - Diário Oficial da União - Imprensa Nacional-CFT.pdf; certidao CFT - QUEIROZ PIVETTA.pdf; certidao CREA MS EMPRESA.pdf; Certidão ENG DE ENERGIA.pdf; impugnação-PEDIDO ENG ELETRECISTA TRE.pdf;

Boa tarde segue para análise e providências.

at

LEANDRO DOS SANTOS QUEIROZ

(67) 996903524 WhatsApp

Técnico em Eletrotécnica, mecânica, refrigeração e climatização

CPF/CFT. 72373997134



De: QUEIROZ ELETRICA E AR CONDICIONADO EIRELI

Para:

TER/MS,

Assunto: PREGÃO Nº 4 / 2 0 2 3

Data: 07/11/2023

QUEIROZ ELETRICA E AR CONDICIONADO EIRELI, empresa com sede na cidade de DOURADOS/MS, inscrita no CNPJ(MF) sob nº 18.759.261/0001-55, através de seu representante legal infra assinado, vem através deste IMPUGNAR o EDITAL LICITAÇÃO Nº 4/2023, UASG Nº 70016, arguindo em breve síntese ilegais exigências que resultariam na redução da ampla competitividade do certame.

Justificativa: a exigência decorre da literalidade do artigo 1º da Lei n. 6.839, de 30.10.1980, que assim prescreve em seu artigo 1º:

Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros. "...requer que o edital seja plenamente retificado em seu item 7.1.14, incluindo o CFT "Conselho Federal dos Técnicos Industriais, uma vez que este também possui pessoal Técnico em Eletrotécnica que possui atribuições compatíveis com o objeto licitado e também que seja incluído o ENGENHEIRO DE ENERGIA que também possui atribuições compatíveis com o objeto licitado.

A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em, e demais eventualmente omitidos, em atenção aos princípios da isonomia, da legalidade e da ampla concorrência. Requer ainda que no teor do edital seja incluído o Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT como órgão de fiscalização profissional, assim como o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, conforme o caso e onde couber, de forma a que o texto indique a contemplação destes profissionais (Técnicos Industriais) garantindo-lhes a participação no certame.

Argui o Impugnante que não seria apenas o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) as entidades profissionais competente para inscrição dos profissionais capacitados para execução do objeto desta licitação, mas, que "a atividade objeto do edital também é extensiva a outros profissionais, tais como os técnicos industriais, por exemplo, Técnico em Eletrotécnica inscritos no CFT, a nível nacional" e também outros profissionais como ENGENHEIRO DE ENERGIA que possuem atribuições na área do objeto licitado.

OS DIREITOS DOS TECNICOS INDUSTRIAIS ESTÃO DE ACORDO COM O [DECRETO Nº 90.922, DE 6 DE FEVEREIRO DE 1985.](#)

LEI CONFEA nº 5.524, de 5 de novembro de 1968 [Resolução CONFEA Nº 1057 DE 31/07/2014](#)

LEI Nº 13.639, de 26 de março de 2018 [DELIBERAÇÃO CFT 016 DE 18/01/2019](#)

Para tal comprovação fica o site do conselho para consulta <http://www.cft.org.br>


As exigências citadas acabam que restringe a ampla concorrência:

Atenciosamente,



Leandro dos Santos Queiroz
Téc. em Eletrotécnica, Mecânica
Refrigeração e Climatização
CFT 72373997134

Leandro dos Santos Queiroz
Empresário

 <p>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar – SEMAGRO</p>			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 54600015453		Código da Natureza Jurídica 2305	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		

1 - REQUERIMENTO


ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Nome: QUEIROZ ELETRICA E AR CONDICIONADO EIRELI
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

Nº FCN/REMP



MSP2200147666

DOURADOS
Local

29 Março 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
 ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ NÃO /_/_/ _____
Data Responsável

☐ SIM

☐ NÃO /_/_/ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquite-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquite-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/027.274-3	MSP2200147666	25/03/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
723.739.971-34	LEANDRO DOS SANTOS QUEIROZ	29/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Certifico registro sob o nº 54827379 em 29/03/2022 da Empresa QUEIROZ ELETRICA E AR CONDICIONADO EIRELI, CNPJ 18759261000155 e protocolo 220272743 - 25/03/2022. Autenticação: 8B398AF1BB4A13A62316FC92EFC174DDA8C934FC. Nivaldo Domingos da Rocha - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucems.ms.gov.br> e informe nº do protocolo 22/027.274-3 e o código de segurança Nh05. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2022 por Nivaldo Domingos da Rocha – Secretário-Geral.


NIVALDO DOMINGOS DA ROCHA
SECRETÁRIO GERAL

ATO DE 4º ALTERAÇÃO DA EMPRESA QUEIROZ ELETRICA E AR CONDICIONADO EIRELI, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA:

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada:

LEANDRO DOS SANTOS QUEIROZ, brasileiro, divorciado, nascido em 26 de fevereiro de 1984, Técnico Contábil, inscrito no CPF sob nº 723.739.971-34, identidade RG nº 001194616 SEJUSP/MS residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon, 905, Vila Industrial, CEP-79840-050 nesta cidade de Dourados/MS, por esse instrumento resolve alterar a EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA **QUEIROZ ELETRICA E AR CONDICIONADO EIRELI**, registrada sob o NIRE nº 54600015453, inscrita no CNPJ sob nº 18.759.261/0001-55, estabelecida na Rua Coronel Noronha, 1340, Vila Industrial, CEP-79840-090, na cidade de Dourados/MS, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I: Fica alterado o objeto para:

- **COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO, COM PREDOMINANCIA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO.**
- **SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL.**
- **CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E PUBLICOS.**
- **INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA.**
- **COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO.**
- **COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS E PARA FILMAGEM.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS.**
- **REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS.**
- **ATIVIDADES DE LIMPEZA DE RUAS, PISCINAS, REFRIGERAÇÃO DE AR E DUTOS DE VENTILAÇÃO.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS.**
- **COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE VIDROS.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS.**
- **SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MÓVEIS DE QUALQUER MATERIAL.**



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Certifico registro sob o nº 54827379 em 29/03/2022 da Empresa QUEIROZ ELETRICA E AR CONDICIONADO EIRELI, CNPJ 18759261000155 e protocolo 220272743 - 25/03/2022. Autenticação: 8B398AF1BB4A13A62316FC92EFC174DDA8C934FC. Nivaldo Domingos da Rocha - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucems.ms.gov.br> e informe nº do protocolo 22/027.274-3 e o código de segurança Nh05 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2022 por Nivaldo Domingos da Rocha – Secretário-Geral.


NIVALDO DOMINGOS DA ROCHA
SECRETÁRIO GERAL

- **COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PARA USO DOMÉSTICO, EXCETO INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO.**
- **COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE TECIDOS.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA, CORTINAS E PERSIANAS.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS.**
- **ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS.**
- **REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO.**
- **ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS.**
- **REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO.**
- **INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS.**
- **ALUGUEL DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E APARELHOS DE USO DOMÉSTICO E PESSOAL; INSTRUMENTOS MUSICAIS.**
- **PROMOÇÃO DE VENDAS.**
- **INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELETRICA**

Em consequência da alteração acima procedida, respeitadas as cláusulas não modificadas, o ato constitutivo primitivo devidamente consolidado, passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE QUEIROZ ELETRICA E AR CONDICIONADO EIRELI.

Pelo presente Instrumento Particular da CONSTITUIÇÃO DO CONTRATO SOCIAL de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada o titular:

LEANDRO DOS SANTOS QUEIROZ, brasileiro, divorciado, nascido em 26 de fevereiro de 1984, Técnico Contábil, inscrito no CPF sob nº 723.739.971-34, identidade RG nº 001194616 SEJUSP/MS residente e domiciliado na Rua



Marechal Rondon, 905, Vila Industrial, CEP-79840-050 nesta cidade de Dourados/MS, vem por meio deste instrumento, consolidar a **EIRELI - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, a qual se regerá, doravante, pelas presentes cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – NOME, SEDE.

A empresa girará sob o nome empresarial de **QUEIROZ ELETRICA E AR CONDICIONADO EIRELI**, tendo sede na cidade de Dourados – MS, a Rua Coronel Noronha, 1340, Vila Industrial, CEP-79840-090.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO SOCIAL

Constitui objeto da empresa as seguintes atividades:

- **COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO, COM PREDOMINANCIA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO.**
- **SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL.**
- **CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E PÚBLICOS.**
- **INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS E PARA FILMAGEM.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS.**
- **REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS.**
- **ATIVIDADES DE LIMPEZA DE RUAS, PISCINAS, REFRIGERAÇÃO DE AR E DUTOS DE VENTILAÇÃO.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE VIDROS.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS.**
- **SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MÓVEIS DE QUALQUER MATERIAL.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PARA USO DOMÉSTICO, EXCETO INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS.**



- **COMÉRCIO VAREJISTA DE TECIDOS.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA, CORTINAS E PERSIANAS.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS.**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS.**
- **ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS.**
- **REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO.**
- **ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS.**
- **REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO.**
- **INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS.**
- **ALUGUEL DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E APARELHOS DE USO DOMÉSTICO E PESSOAL; INSTRUMENTOS MUSICAIS.**
- **PROMOÇÃO DE VENDAS.**
- **INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELETRICA**

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO

A empresa iniciou suas atividades em 27 de agosto de 2013 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA – DO CAPITAL

O Capital Social é de **R\$ 70.000,00** (setenta mil reais), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente no país.

Parágrafo único: A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado..

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da empresa será exercida por **LEANDRO DOS SANTOS QUEIROZ**, podendo praticar todo e qualquer ato necessário à administração da empresa, ficando, porém, expressamente vedado o uso da denominação social em atos e negócios estranhos aos interesses da empresa, tais como: fianças, avais, oferecimento gratuito de garantias reais a terceiros, sob pena de nulidade em relação à empresa.



CLÁUSULA SEXTA – EXERCÍCIO

O exercício social coincidirá com o ano civil, sendo que em 31 de dezembro de cada ano será elaborado o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, cabendo ao titular os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA SETIMA – NÃO PARTICIPAÇÃO EM OUTRA EIRELI

O administrador declara que não possui nenhuma outra empresa registrada na modalidade EIRELI.

CLÁUSULA OITAVA – DESIMPEDIMENTO

O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA NONA – FORO

Fica eleito o foro da cidade de Dourados Estado de Mato Grosso do Sul, para serem resolvidas às dúvidas que se originarem do presente contrato de sociedade empresarial, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Pelo estipulado, o titular assina o presente instrumento.

Dourados – MS, 24 de março de 2022.

LEANDRO DOS SANTOS QUEIROZ
RG 001194616 SEJUSP/MS
CRC/MS 009373/O-7







JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/027.274-3	MSP2200147666	25/03/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
723.739.971-34	LEANDRO DOS SANTOS QUEIROZ	29/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Certifico registro sob o nº 54827379 em 29/03/2022 da Empresa QUEIROZ ELETRICA E AR CONDICIONADO EIRELI, CNPJ 18759261000155 e protocolo 220272743 - 25/03/2022. Autenticação: 8B398AF1BB4A13A62316FC92EFC174DDA8C934FC. Nivaldo Domingos da Rocha - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucems.ms.gov.br> e informe nº do protocolo 22/027.274-3 e o código de segurança Nh05. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2022 por Nivaldo Domingos da Rocha – Secretário-Geral.


NIVALDO DOMINGOS DA ROCHA
SECRETÁRIO GERAL





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa QUEIROZ ELETRICA E AR CONDICIONADO EIRELI, de CNPJ 18.759.261/0001-55 e protocolado sob o número 22/027.274-3 em 25/03/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 54827379, em 29/03/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Marcelo Brandão de Souza Chamorro.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Nivaldo Domingos da Rocha. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucems.ms.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
723.739.971-34	LEANDRO DOS SANTOS QUEIROZ	29/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
723.739.971-34	LEANDRO DOS SANTOS QUEIROZ	29/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 24/03/2022



Documento assinado eletronicamente por Marcelo Brandão de Souza Chamorro, Servidor(a) Público(a), em 29/03/2022, às 14:23.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucems](http://www.jucems.ms.gov.br) informando o número do protocolo 22/027.274-3.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
257.185.331-72	NIVALDO DOMINGOS DA ROCHA

Campo Grande. terça-feira, 29 de março de 2022



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Certifico registro sob o nº 54827379 em 29/03/2022 da Empresa QUEIROZ ELETRICA E AR CONDICIONADO EIRELI, CNPJ 18759261000155 e protocolo 220272743 - 25/03/2022. Autenticação: 8B398AF1BB4A13A62316FC92EFC174DDA8C934FC. Nivaldo Domingos da Rocha - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucems.ms.gov.br> e informe nº do protocolo 22/027.274-3 e o código de segurança Nh05. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2022 por Nivaldo Domingos da Rocha – Secretário-Geral.


NIVALDO DOMINGOS DA ROCHA
SECRETÁRIO GERAL

pág. 10/10



Carteira de Identidade Profissional - CFT
Lei nº 13.639, de 26 de MARÇO de 2018

CRT 01

Conselho Federal dos Técnicos Industriais



República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
 Conselho Federal dos Técnicos Industriais
 Conselho Regional dos Técnicos Industriais

CRT 01

Nome
ADRIANO RODRIGUES DA SILVA

Data de Registro
17/07/2014

Título Profissional
TÉCNICO EM MECÂNICA
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA

Registro Nacional
69263680159

Data de Emissão
25/11/2021



Expedido de acordo com o estabelecido
no artigo 26 da Lei 13.639/2018
Válido em todo Território Nacional

Assinatura do Profissional

2021



República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
 Conselho Federal dos Técnicos Industriais
 Conselho Regional dos Técnicos Industriais

CRT 01

Filiação
LOURDES RODRIGUES DA SILVA
JADIR CASTRO DA SILVA

CPF
692.636.801-59

Doc. de Identidade
001037322

Nascimento
02/05/1981



Nacionalidade
BRASILEIRA

Naturalidade
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

Assinatura

 LUIS ROBERTO DIAS

Expedido de acordo com o estabelecido
no artigo 26 da Lei 13.639/2018
Válido em todo Território Nacional

CARTEIRA DE IDENTIDADE COM FÉ PÚBLICA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT

RESOLUÇÃO Nº 074, DE 05 DE JULHO DE 2019

Disciplina e orienta as prerrogativas e atribuições dos Técnicos Industriais com habilitação em Eletrotécnica, revoga a Resolução nº 39 e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT, no uso das competências que lhe confere a Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, dando cumprimento à deliberação do Plenário em sua 8ª Reunião Plenária Ordinária, realizada de 3 a 5 de julho de 2019 na sede do CFT em Brasília – DF,

Considerando as funções orientadoras e disciplinadoras previstas no artigo 3º da Lei Nº 13.639/2018, assim como a competência para detalhar as áreas de atuação privativas dos Técnicos Industriais, estabelecida no artigo 31 da Lei Nº 13.639/2018, observados os limites legais e regulamentares e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas;

Considerando as competências privativas dos profissionais especializados nas áreas de atuação estabelecidas no § 1º do art. 31 da Lei Nº 13.639/2018, afastando risco ou dano material ao meio ambiente ou à segurança e saúde do usuário do serviço;

Considerando o estabelecido no Decreto Nº 90.922 de 6 de fevereiro de 1985 e no Decreto Nº 4.560 de 31 de dezembro de 2002, que regulamentam a Lei Nº 5.524 de 05 de novembro de 1968, os quais dispõem sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial;

Considerando que o artigo 19 do Decreto Nº 90.922 de 6 de fevereiro de 1985, estabelece que *“O Conselho Federal respectivo baixará as Resoluções que se fizerem necessárias à perfeita execução dos regramentos estabelecidos no Decreto”*;

Considerando que o artigo 1º do decreto Nº 4.560 de 30 de dezembro de 2002, que modifica o artigo 9º do decreto Nº 90.922 de 6 de fevereiro de 1985;

Considerando que o artigo 2º da Lei Nº 5.524 de 05 de novembro de 1968 outorga ao Técnico Industrial o exercício profissional no campo das realizações através da elaboração e execução de projetos, assistência técnica, pesquisa tecnológica, manutenção e instalação de equipamentos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT

Considerando a necessidade de disciplinar e orientar as competências e atribuições dos Técnicos Industriais com habilitação em Eletrotécnica, assim como constantemente aprimorar suas Resoluções;

RESOLVE

Art. 1º Os Técnicos Industriais com habilitação em eletrotécnica, têm prerrogativas para:

- I – Conduzir, dirigir e executar os trabalhos de sua especialidade;
- II - Prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas voltadas para sua especialidade;
- III - Orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos elétricos e instalações elétricas;
- IV - Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados da área elétrica;
- V - Responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos.

Art. 2º As atribuições profissionais dos Técnicos Industriais com habilitação em eletrotécnica, para efeito do exercício profissional, consistem em:

I - Dirigir e ou conduzir a execução técnica de trabalhos profissionais, bem como orientar e coordenar equipes, na execução de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção de eletrotécnica e demais obras e serviços da área elétrica;

II - Prestar assistência técnica e assessoria no estudo de viabilidade e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e consultoria em Eletrotécnica, observado os limites desta Resolução, bem como exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

1. Coletar dados de natureza técnica, assim como analisar e tratar resultados para elaboração de laudos ou relatórios técnicos, de sua autoria ou de outro profissional;
2. Desenhar com detalhes, e representação gráfica de cálculos, seus próprios trabalhos ou de outros profissionais;
3. Elaborar o orçamento de materiais e equipamentos, instalações e mão-de-obra, de seus próprios trabalhos ou de outros profissionais;
4. Detalhar os programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança;
5. Aplicar as normas técnicas relativas aos respectivos processos de trabalho;
6. Executar os ensaios de tipo e de rotina, registrando observações relativas ao controle de qualidade dos materiais, peças e conjuntos;
7. Regular máquinas, aparelhos e instrumentos de precisão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT

III - Executar, fiscalizar, orientar e coordenar diretamente serviços de manutenção e reparo de equipamentos, instalações e arquivos técnicos específicos, bem como conduzir e treinar as respectivas equipes;

IV - Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de equipamentos e materiais especializados, assessorando, padronizando, mensurando e orçando;

V - Responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos;

VI - Ministras disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino fundamental II e médio, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério, nesses dois níveis de ensino.

VII - Emitir laudos técnicos referentes a rede de distribuição e transmissão de energia elétrica interna ou externa, ou de equipamentos de manobra ou proteção.

Art. 3º Os Técnicos Industriais com habilitação em eletrotécnica têm, ainda, as seguintes atribuições técnicas:

I - Projetar, executar, dirigir, fiscalizar e ampliar instalações elétricas, de baixa, média e alta tensão, bem como atuar na aprovação de obra ou serviço junto aos órgãos municipais, estaduais e federais, inclusive Corpo de Bombeiros Militar ou bombeiro civil, assim como instituições bancárias para projetos de habitação;

II - Elaborar e executar projetos de instalações elétricas, manutenção oriundas de rede de distribuição e transmissão de concessionárias de energia elétrica ou de subestações particulares;

III - Elaborar projetos e executar as instalações elétricas e manutenção de redes oriundas de outras fontes de energia não renováveis, tais como grupos geradores alimentados por combustíveis fósseis;

IV- Elaborar projetos e executar as instalações elétricas, e manutenção de redes oriundas de diversas fontes geradoras, como por exemplo:

- a) Biogás – decomposição de material orgânico;
- b) Hidrelétrica – utiliza a força da água de rios e represas;
- c) Solar – fotovoltaica, obtida pela luz do sol;
- d) Eólica – derivada da força dos ventos;
- e) Geotérmica - provém do calor do interior da terra;
- f) Biomassa - procedente de matérias orgânicas;
- g) Maré Motriz - natural da força das ondas;
- h) Hidrogênio - provém da reação entre hidrogênio e oxigênio que libera energia;
- i) Térmica – advém do calor do sol, queima de carvão ou combustíveis fósseis;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT

j) Bem como outras fontes de energia ainda não catalogadas.

V - Projetar, instalar, operar e manter elementos do sistema elétrico de potência;

VI - Elaborar e desenvolver projetos de instalações elétricas prediais, industriais, residenciais e comerciais e de infraestrutura para sistemas de telecomunicações em edificações;

VII - Planejar e executar instalação e manutenção de equipamentos e de instalações elétricas;

VIII - Aplicar medidas para o uso eficiente da energia elétrica de fontes energéticas alternativas renováveis e não renováveis;

IX - Projetar e instalar sistemas de acionamentos elétricos e sistemas de automação industrial;

X - Participar de elaboração de Normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas - e outras entidades;

XI - Aferir, manter, ensaiar e calibrar relês primários e secundários de subestações de entradas de energia elétrica;

XII - Aferir, manter, ensaiar, calibrar máquinas e equipamentos eletroeletrônicos, instrumentos de medição e precisão. radiocomunicação, antenas, estações rádios bases, instrumentos de precisão, rede lógica, torres de transmissão de radiodifusão e radiocomunicação;

XIII - Projetar, manter e instalar equipamentos hospitalares, equipamentos médicos, odontológicos, biomédicos, sistemas de sonorização, iluminação cênica, geradores de energia, Pequena Central Hidrelétrica - PCH, usinas hidroelétricas, Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA, telecomunicações, fibras óticas, sistemas de monitoramento viário.

XIV - Emissão de laudos técnicos inclusive em perícias judiciais;

Parágrafo Único. Os Técnicos em Eletrotécnica, dentro da sua especialidade e formação, têm atribuições para outras atividades não listadas acima, relacionadas a projeto e execução de redes de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica, desde que não contrariem o Artigo 5º desta Resolução.

Art. 4º O Técnico Industrial com habilitação em eletrotécnica tem a prerrogativa de responsabilizar-se tecnicamente por empresas cujos objetivos sociais sejam condizentes com as atribuições descritas nesta Resolução.

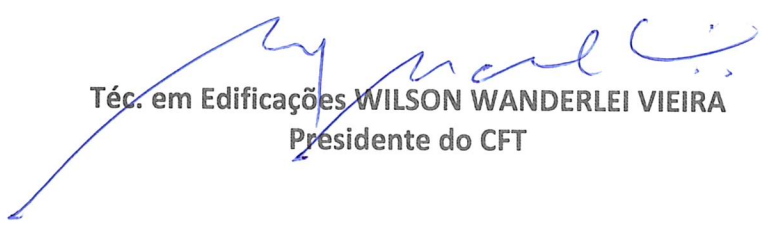
Art. 5º Os Técnicos em Eletrotécnica para as prerrogativas, atribuições e competências disciplinadas nesta Resolução, têm como limite as instalações com demanda de energia de até 800 KVA, independentemente do nível de tensão que supre esse montante de carga.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT

Art. 6º Revoga-se a Resolução nº 39, de 26 de outubro de 2018, assim como as disposições em contrário.

Art 7º A presente Resolução, entra em vigor na data de sua publicação.


Téc. em Edificações WILSON WANDERLEI VIEIRA
Presidente do CFT



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA CFT Nº 016, DE 18 DE JANEIRO DE 2019

Aprova o quadro de atribuições profissionais para o Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Mecânica.

O **CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT**, no uso das competências que lhe confere a Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, bem como o Regimento Interno e dando cumprimento à deliberação do Plenário em sua 5ª Reunião Plenária Ordinária, realizada de 16 a 18 de janeiro de 2019, e considerando:

Considerando que a referida Lei criou o Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais – CRT, os quais passam a integrar o conjunto fiscalizador com **competência exclusiva**, para orientar, disciplinar e fiscalizar (art. 3º da Lei 13.639/18) o exercício profissional dos Técnicos Industriais regulamentados pela Lei nº 5.524/68.

Considerando que, o sistema CFT/CRT assume a função regulamentadora e fiscalizadora da profissão dos Técnicos Industriais, relativas as atribuições técnicas desses profissionais conforme art. 37, parágrafo único, da Lei 13.639/2018).

Considerando que, fica estabelecido no art. 17 da Lei 13.639/2018 o **Termo de Responsabilidade Técnica – TRT** emitido pelo profissional ou pela pessoa jurídica responsável, na elaboração de projetos ou execuções de obras ou serviços, elaborada no SINCETI, sendo TRT o documento hábil comprobatório do exercício legal da atividade de Técnico Industrial.

Considerando que, no que tange às atribuições dos Técnicos das modalidades de Mecânica e Eletrotécnica, para atividades específicas de Projetos de Segurança Contra Incêndio e Pânico ainda geram dúvidas por parte dos analistas de algumas corporações de Corpo de Bombeiros.

Considerando as atribuições dos técnicos Industriais definidas na Lei 5.524/68, regulamentadas pelo Decreto 90.922/85, em seus Artigos 3º, 4º e 5º.

Deliberou:

1 – Definir que, o Técnico em Eletrotécnica tem atribuições, para realizar as atividades abaixo elencadas, além de outras conforme a Lei 5.524/68 e o Decreto 90.922/85.

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS				
Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico	<input type="checkbox"/>	SIM	TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	
	<input checked="" type="checkbox"/>	NÃO		
MEDIDA DE SEGURANÇA	Projeto	Instalação	Manutenção	Ensaio
Controle de Materiais de Acabamento	Sim	Sim	Sim	Sim
Iluminação de Emergência	Sim	Sim	Sim	Sim
Sinalização de Emergência	Sim	Sim	Sim	Sim
Sistema de Alarme de Incêndio	Sim	Sim	Sim	Sim
Sistema de Detecção de Incêndio	Sim	Sim	Sim	Sim



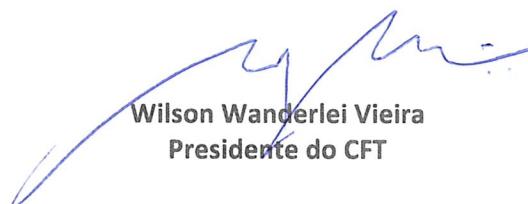
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT

Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica	Sim	Sim	Sim	Sim
Laudos	Sim	Sim	Sim	Sim

2 – Definir que, o Técnico em Mecânica tem atribuições, para realizar as atividades abaixo elencadas, além de outras conforme a Lei 5.524/68 e o Decreto 90.922/85.

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS				
Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico <div><input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</div>	TÉCNICO EM MECÂNICA			
	Projeto	Instalação	Manutenção	Ensaaios
MEDIDA DE SEGURANÇA				
Central de Gás	Sim	Sim	Sim	Sim
Chuveiro Automático	Sim	Sim	Sim	Sim
Controle de Fumaça	Sim	Sim	Sim	Sim
Controle de Materiais de Acabamento	Sim	Sim	Sim	Sim
Extintores	Sim	Sim	Sim	Sim
Pressurização de Escada	Sim	Sim	Sim	Sim
Rede de Tubulação e Distribuição GLP e GN	Sim	Sim	Sim	Sim
Sinalização de Emergência	Sim	Sim	Sim	Sim
Sistema de Aplicação de Espuma	Sim	Sim	Sim	Sim
Sistema de Combate a Incêndio Por CO2	Sim	Sim	Sim	Sim
Sistema de Detecção de Incêndio	Sim	Sim	Sim	Sim
Sistemas de Hidrantes e Mangotinhos	Sim	Sim	Sim	Sim
Teste de Estanqueidade	Sim	Sim	Sim	Sim
Laudos	Sim	Sim	Sim	Sim

Brasília/DF, 18 de janeiro de 2019.


Wilson Wanderlei Vieira
Presidente do CFT

RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1057 DE 31/07/2014

Publicado no DOU em 7 ago 2014

Revoga a Resolução nº 262, de 28 de julho de 1979, a Resolução nº 278, de 27 de maio de 1983 e o art. 24 da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973 e dá outras providências.



O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "f", da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial de nível médio;

Considerando o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau;

Considerando que o parágrafo único art. 84 da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que as atribuições do graduado por estabelecimento de ensino agrícola ou industrial de grau médio serão regulamentadas pelo Conselho Federal, tendo em vista seus currículos e graus de escolaridade;

Considerando que o art. 10 da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que cabe às escolas e faculdades indicar ao Conselho Federal, em função dos títulos apreciados através da formação profissional, em termos genéricos, as características dos profissionais por elas diplomados;

Considerando que o inciso V do art. 2º da Lei nº 5.524, de 1968, estabelece que compete aos Técnicos Industriais de Nível Médio responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional;

Considerando que o art. 6º da Lei nº 5.524, de 1968, define que as disposições contidas nesta lei serão aplicáveis, no que couber, aos técnicos agrícolas de nível médio;

Considerando que o art. 4º do Decreto nº 90.922, de 1985, ao dispor sobre as atribuições dos técnicos industriais de 2º Grau, em suas diversas modalidades, para efeito de exercício profissional e de sua fiscalização, ressalta que devem ser respeitados os limites de sua formação;

Considerando que o art. 5º do Decreto nº 90.922, de 1985, estabelece que fica assegurado aos técnicos industriais de 2º grau, o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular;

Considerando que o art. 6º do Decreto nº 90.922, de 1985, ao dispor sobre as atribuições dos técnicos agrícolas de 2º grau, em suas diversas modalidades, para efeito de exercício profissional e de sua fiscalização, também ressalta que devem ser respeitados os limites de sua formação;

Considerando que o art. 7º do Decreto nº 90.922, de 1985, estabelece que fica assegurado aos técnicos agrícolas de 2º grau, o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular;

Considerando que o art. 19 do Decreto nº 90.922, de 1985, estabelece que cabe ao respectivo Conselho Federal baixar as resoluções que se fizerem necessária à perfeita execução do decreto;

Considerando o princípio estabelecido pelo art. 25 da Resolução nº 218, de 1973, no sentido de que nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar;

Considerando que o artigo 24 da Resolução nº 218, de 1973, estabelece as competências do técnico de grau médio circunscritas ao âmbito das respectivas modalidades profissionais;

Considerando a necessidade de o Conselho Federal adotar os mesmos princípios para concessão de atribuições profissionais de modo a atuar com isonomia e equidade para fins da fiscalização de seu exercício profissional;

Considerando que a concessão de atribuições e competências profissionais não devem ser generalizadas ou definidas somente pela nomenclatura de uma dada formação, mas sim pela análise curricular, a fim de evitar a subversão no desempenho de atividades nos diversos níveis de formação dos profissionais vinculados ao Sistema Confea/Crea;

Considerando a necessidade de atender a Recomendação nº 01/2013 do Ministério Público Federal, no sentido de revogar as disposições da Resolução nº 262, 1979, da Resolução nº 278, 1983 e da Resolução nº 218, 1973 que limitam o exercício das atribuições dos técnicos de nível médio previstas na Lei nº 5.524, de 1968 e no Decreto nº 90.922, de 1985, e

Considerando que as profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano,

Resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução nº 262, de 28 de julho de 1979, publicada no DOU de 6 de setembro de 1979 - Seção 1 - Parte II - págs. 4.968/4.969, a Resolução nº 278, de 27 de maio de 1983, publicada no DOU de 3 de junho 1983 - Seção 1 - pág. 9.476 e o art. 24 da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, publicada no DOU de 31 de julho de 1973.

Art. 2º Aos técnicos industriais e agrícolas de nível médio ou de 2º Grau serão atribuídas às competências e as atividades profissionais descritas pelo Decreto nº 90.922, de 1985, respeitados os limites de sua formação.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ TADEU DA SILVA



CFT
Conselho Federal dos
Técnicos Industriais

SCS, Quadra 02, Bloco D, Ed. Oscar Niemeyer
9º Andar, CEP 70.316-900 – Brasília/DF
E-mail: secretaria@cft.org.br
Fone: 0800 016 1515

www.cft.org.br

Ofício Circular nº 039/2020 – GAB/CFT

Brasília-DF, 16 de setembro de 2020.

Aos órgãos da administração pública Federal, Estadual, Municipal, respectivas Autarquias Públicas, empresas públicas e privadas, e sociedade em geral.

Assunto: Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais - Órgão de Fiscalização profissional dos Técnicos Industriais

Senhoras e Senhores,

Através da **Lei nº 13.639/2018, publicada no D.O.U em 27 de março de 2018**, foram criados o Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais – CRT, os quais passam a integrar o sistema fiscalizador com **competência exclusiva, para orientar, disciplinar e fiscalizar** (art. 3º da Lei 13.639/18) o exercício profissional dos Técnicos Industriais regulamentados pela **Lei nº 5.524/68 e Decreto nº 90.922/85**.

Por esta razão o sistema CFT/CRT assume a função regulamentadora e fiscalizadora da profissão dos Técnicos Industriais, função antes exercida pelo Sistema CONFEA/CREA, no entanto, é preciso dizer que **sem absolutamente nenhum prejuízo nas competências, prerrogativas e atribuições técnicas para a categoria profissional**, apenas mantendo-se as regulamentações atuais até que o CFT/CRT delibere de modo diverso (art. 37, parágrafo único, da Lei 13.639/2018).

Acompanhando a lógica desta mudança, ficou estabelecido no art. 17 da Lei 13.639/18 o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT emitido pelo profissional ou pela pessoa jurídica responsável, na elaboração de projetos ou execuções de obras ou serviços, elaborada no sítio eletrônico www.cft.org.br.

O TRT é o documento hábil comprobatório do exercício legal da atividade de Técnico Industrial e substitui, com eficácia idêntica, a ART, reiteramos, sem qualquer prejuízo das prerrogativas e atribuições técnicas para os profissionais.

Quanto à identificação profissional, poderá ser através da carteira profissional impressa disponibilizada pelo sistema Sinceti e através da carteira profissional definitiva digital.

Este Conselho Federal mantém canal de comunicação aberto com a sociedade nos formatos:



CFT
Conselho Federal dos
Técnicos Industriais

SCS, Quadra 02, Bloco D, Ed. Oscar Niemeyer
9º Andar, CEP 70.316-900 – Brasília/DF
E-mail: secretaria@cft.org.br
Fone: 0800 016 1515

www.cft.org.br

- a) Sítio eletrônico www.cft.org.br;
- b) Telefone 3031-4900;
- c) E-mail cft@cft.org.br;
- d) Para questões relacionadas a Ouvidoria ouvidoria@cft.org.br.

Ante o exposto, solicitamos providências para dar ampla divulgação ao novo órgão fiscalizador CFT/CRT e o inteiro teor deste ofício circular, sem prejuízo de outras ações que julguem necessárias, tudo no sentido de garantir aos profissionais Técnicos Industriais o livre e pleno exercício profissional.

Atenciosamente.



Téc. em Edificações WILSON WANDERLEI VIEIRA
Presidente do CFT



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT

SCS Quadra 02 Bl. D, 9º andar Ed. Oscar Niemeyer – CEP 70316-900 – Brasília-DF

Telefone: 3964-3731 e-mail: secretaria@cft.org.br

Ofício Circular nº 002/2018 – GAB/CFT

Brasília-DF, sexta-feira, 26 de outubro de 2018.

Aos órgãos da administração pública Federal, Estadual, Municipal, respectivas Autarquias Públicas, empresas públicas e privadas, e sociedade em geral.

Assunto: Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais - Órgão de Fiscalização profissional dos Técnicos Industriais

Senhoras e Senhores,

Através da **Lei nº 13.639/2018, publicada no D.O.U em 27 de março de 2018**, foram criados o Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais – CRT, os quais passam a integrar o sistema fiscalizador com **competência exclusiva, para orientar, disciplinar e fiscalizar** (art. 3º da Lei 13.639/18) o exercício profissional dos Técnicos Industriais regulamentados pela **Lei nº 5.524/68 e Decreto nº 90.922/85**.

Por esta razão o sistema CFT/CRT assume a função regulamentadora e fiscalizadora da profissão dos Técnicos Industriais, função antes exercida pelo Sistema CONFEA/CREA, no entanto, é preciso dizer que **sem absolutamente nenhum prejuízo nas competências, prerrogativas e atribuições técnicas para a categoria profissional**, apenas mantendo-se as regulamentações atuais até que o CFT/CRT delibere de modo diverso (art. 37, parágrafo único, da Lei 13.639/2018).

Acompanhando a lógica desta mudança, ficou estabelecido no art. 17 da Lei 13.639/18 o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT emitido pelo profissional ou pela pessoa jurídica responsável, na elaboração de projetos ou execuções de obras ou serviços, elaborada no sítio eletrônico www.cft.org.br.

O TRT é o documento hábil comprobatório do exercício legal da atividade de Técnico Industrial e substitui, com eficácia idêntica, a ART, reiteramos, sem qualquer prejuízo das prerrogativas e atribuições técnicas para os profissionais.

Quanto à identificação profissional, permanecerá sendo feita através da carteira de identidade do antigo sistema fiscalizador (CREA) ou da certidão emitida pelo CFT, até que seja providenciada a nova carteira.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT

SCS Quadra 02 Bl. D, 9º andar Ed. Oscar Niemeyer – CEP 70316-900 – Brasília-DF

Telefone: 3964-3731 e-mail: secretaria@cft.org.br

Este Conselho Federal mantém canal de comunicação aberto com a sociedade nos formatos:

- a) Sítio eletrônico www.cft.org.br;
- b) Telefone 061-3964-3731;
- c) E-mails: secretaria@cft.org.br; projur@cft.org.br.

Ante o exposto, solicitamos providências para dar ampla divulgação ao novo órgão fiscalizador CFT/CRT e o inteiro teor deste ofício circular, sem prejuízo de outras ações que julguem necessárias, tudo no sentido de garantir aos profissionais Técnicos Industriais o livre e pleno exercício profissional.

Colocamo-nos à disposição de todos através dos canais acima referidos.

De logo agradecemos as providências adotadas.

Atenciosamente.

Assinatura manuscrita em tinta azul de Wilson Wanderlei Vieira.

Técnico em Edificações Wilson Wanderlei Vieira
Presidente do CFT



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO



Publicado em: 27/03/2018 | Edição: 59 | Seção: 1 | Página: 1

Órgão: Atos do Poder Legislativo

Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.

LEI Nº 13.639, DE 26 DE MARÇO DE 2018

OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criados o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas, autarquias com autonomia administrativa e financeira e com estrutura federativa.

Art. 2º Aplica-se o disposto na alínea "c" do inciso VI do **caput** do art. 150 da Constituição Federal ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais, ao Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, aos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e aos Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.

Art. 3º Os conselhos federais e regionais de que trata esta Lei têm como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional das respectivas categorias.

§ 1º Os conselhos regionais serão denominados Conselho Regional dos Técnicos Industriais e Conselho Regional dos Técnicos Agrícolas, com acréscimo da sigla da unidade federativa ou da região geográfica correspondente.

§ 2º Os conselhos federais e os conselhos regionais terão sua estrutura e seu funcionamento definidos em regimento interno próprio, aprovado pela maioria absoluta de seus conselheiros.

§ 3º A instituição das estruturas regionais ocorrerá com observância das possibilidades efetivas de seu custeio com recursos próprios, considerados ainda seus efeitos nos exercícios subsequentes.

Art. 4º O Conselho Federal dos Técnicos Industriais e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, com sede e foro em Brasília, serão integrados por brasileiros, natos ou naturalizados, cujos diplomas profissionais estejam registrados de acordo com a legislação em vigor.

Art. 5º Os conselhos federais serão compostos pela Diretoria Executiva e pelo Plenário deliberativo.

§ 1º O Plenário deliberativo será composto pelos conselheiros federais, eleitos juntamente com seus suplentes, respeitados os critérios de representação regional definidos em regimento interno.

§ 2º O mandato dos membros dos conselhos federais terá duração de 4 (quatro) anos, admitida 1 (uma) reeleição.

Art. 6º A Diretoria Executiva dos conselhos federais será composta por:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Diretor Administrativo;

IV - Diretor Financeiro;

V - Diretor de Fiscalização e Normas.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos, por meio de voto direto e secreto, pelos profissionais aptos a votar.

§ 2º No caso de vacância dos cargos de que tratam os incisos III, IV e V do **caput** deste artigo, o Plenário deliberativo escolherá entre seus membros os novos diretores.

Art. 7º O Plenário dos conselhos federais será composto por no mínimo 12 (doze) e no máximo 27 (vinte e sete) conselheiros federais, acrescido dos membros da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Cada unidade federativa do País será representada no Plenário por, no máximo, 1 (um) conselheiro.

Art. 8º Compete aos conselhos federais:

I - zelar pela dignidade, pela independência, pelas prerrogativas e pela valorização do exercício profissional dos técnicos;

II - editar e alterar o regimento, o código de ética, as normas eleitorais e os provimentos que julgar necessários;

III - adotar medidas para assegurar o funcionamento regular dos conselhos regionais;

IV - intervir nos conselhos regionais quando constatada violação desta Lei ou do regimento interno do respectivo conselho;

V - homologar os regimentos internos e as prestações de contas dos conselhos regionais;

VI - firmar convênios com entidades públicas e privadas, observada a legislação aplicável;

VII - autorizar a oneração ou a alienação de bens imóveis de sua propriedade;

VIII - julgar, em grau de recurso, as questões decididas pelos conselhos regionais;

IX - inscrever empresas de técnicos industriais ou de técnicos agrícolas, conforme o caso, e profissionais estrangeiros técnicos industriais ou técnicos agrícolas, conforme o caso, que não tenham domicílio no País;

X - criar órgãos colegiados com finalidades e funções específicas;

XI - deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros e elaborar programas de trabalho e orçamento;

XII - manter relatórios públicos de suas atividades;

XIII - representar os técnicos industriais ou os técnicos agrícolas, conforme o caso, em colegiados de órgãos da Administração Pública federal que tratem de questões do respectivo exercício profissional;

XIV - aprovar e divulgar tabelas indicativas de honorários dos técnicos industriais ou dos técnicos agrícolas, conforme o caso;

XV - instituir e manter o Cadastro Nacional dos Técnicos Industriais ou o Cadastro Nacional dos Técnicos Agrícolas, conforme o caso;

XVI - instituir e manter o Acervo de Responsabilidade Técnica dos Técnicos Industriais ou o Acervo de Responsabilidade Técnica dos Técnicos Agrícolas, conforme o caso.

Art. 9º Os conselhos regionais serão compostos pela Diretoria Executiva e pelo Plenário deliberativo.

§ 1º O Plenário deliberativo será composto pelos conselheiros regionais, eleitos juntamente com seus suplentes, respeitados os critérios de representação definidos em regimento interno.

§ 2º O mandato dos membros dos conselhos regionais terá duração de 4 (quatro) anos, admitida 1 (uma) reeleição.

Art. 10. A Diretoria Executiva dos conselhos regionais será composta por:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Diretor Administrativo;

IV - Diretor Financeiro;

V - Diretor de Fiscalização e Normas.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos, por meio de voto direto e secreto, pelos profissionais aptos a votar.

§ 2º No caso de vacância dos cargos de que tratam os incisos III, IV e V do **caput** deste artigo, o Plenário deliberativo escolherá entre seus membros os novos diretores.

Art. 11. O Plenário dos conselhos regionais será composto por no mínimo 12 (doze) e no máximo 100 (cem) conselheiros regionais, acrescido dos membros da Diretoria Executiva, observado o quantitativo de profissionais inscritos em cada conselho.

Parágrafo único. O número de conselheiros de cada conselho regional será definido em resolução aprovada pelo respectivo conselho federal.

Art. 12. Compete aos conselhos regionais:

- I - elaborar e alterar os seus regimentos e os demais atos;
- II - cumprir e fazer cumprir o disposto nesta Lei, no regimento interno e nos demais atos normativos do respectivo conselho federal e em seus próprios atos, no âmbito de sua competência;
- III - criar representações e escritórios descentralizados na sua área de atuação, na forma do regimento interno do respectivo conselho federal;
- IV - criar colegiados com finalidades e funções específicas;
- V - cadastrar os profissionais e as pessoas jurídicas habilitadas na forma desta Lei e emitir o registro de sua carteira de identificação;
- VI - manter atualizado o cadastro de que trata o inciso V do **caput** deste artigo;
- VII - cobrar as anuidades, as multas e os Termos de Responsabilidade Técnica;
- VIII - fazer e manter atualizados os registros de direitos autorais e de responsabilidade e os acervos técnicos;
- IX - fiscalizar o exercício das atividades de técnicos industriais ou de técnicos agrícolas, conforme o caso;
- X - julgar em primeira instância os processos disciplinares, na forma que determinar o regimento interno do respectivo conselho federal;
- XI - deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros e elaborar programas de trabalho e orçamento;
- XII - sugerir ao respectivo conselho federal medidas para aprimorar a aplicação do disposto nesta Lei e para promover o cumprimento de suas finalidades e a observância aos princípios estabelecidos;
- XIII - representar os técnicos industriais ou os técnicos agrícolas, conforme o caso, em colegiados de órgãos da Administração Pública estadual, distrital e municipal que tratem de questões de exercício profissional e em órgãos não governamentais da área de sua competência;
- XIV - manter relatórios públicos de suas atividades;
- XV - firmar convênios e outros instrumentos legais para a valoração e a qualificação profissional;
- XVI - operacionalizar o Acervo de Responsabilidade Técnica.

Art. 13. As atividades dos conselhos federais e dos conselhos regionais serão custeadas exclusivamente por renda própria.

Art. 14. Constituem recursos dos conselhos:

- I - doações, legados, juros e receitas patrimoniais;
- II - subvenções;
- III - resultados de convênios;
- IV - outros rendimentos eventuais.

§ 1º Constituem, ainda, recursos dos conselhos regionais receitas com anuidades, contribuições, multas, taxas e tarifas de serviços.

§ 2º Constituem, ainda, recursos dos conselhos federais 15% (quinze por cento) da arrecadação prevista no § 1º deste artigo.

Art. 15. A cobrança de multas e anuidades observará o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011.

Art. 16. O trabalho de atuação compartilhada com outras profissões regulamentadas será objeto de Termo de Responsabilidade Técnica.

Parágrafo único. Atos do Conselho Federal dos Técnicos Industriais e do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas detalharão as hipóteses de obrigatoriedade e de dispensa do Termo de Responsabilidade Técnica, em cada caso.

Art. 17. Não será efetuado Termo de Responsabilidade Técnica sem o prévio recolhimento da taxa do Termo de Responsabilidade Técnica pela pessoa física do profissional ou pela pessoa jurídica responsável.

Art. 18. O valor da taxa do Termo de Responsabilidade Técnica não poderá ser superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Parágrafo único. O valor referido no **caput** deste artigo poderá ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no exercício anterior.

Art. 19. A falta do Termo de Responsabilidade Técnica sujeitará o profissional ou a empresa responsável à multa de 300% (trezentos por cento) sobre o valor da Taxa de Termo de Responsabilidade Técnica não paga, corrigida a partir da autuação com base na variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação do pagamento, sem prejuízo da responsabilização pessoal pela violação ética e da obrigatoriedade da paralisação do trabalho até a regularização da situação.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no **caput** deste artigo na hipótese de trabalho realizado em resposta à situação de emergência se o profissional ou a pessoa jurídica providenciar, assim que possível, a regularização da situação.

Art. 20. Constituem infrações disciplinares, além de outras definidas pelo código de ética:

I - requerer registro de projeto ou trabalho técnico ou de criação no respectivo conselho, para fins de comprovação de direitos autorais e formação de acervo técnico, que não tenha sido efetivamente concebido, desenvolvido ou elaborado pelo requerente;

II - reproduzir projeto ou trabalho, técnico ou de criação, de autoria de terceiros, sem a devida autorização do detentor dos seus direitos autorais;

III - fazer falsa prova dos documentos exigidos para o registro no respectivo conselho;

IV - praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção;

V - integrar empresa ou instituição sem nela atuar efetivamente, com objetivo de viabilizar o registro da empresa no respectivo conselho;

VI - locupletar-se ilicitamente, por qualquer meio, à custa de cliente, diretamente ou por intermédio de terceiros;

VII - recusar-se, injustificadamente, a prestar contas a cliente a respeito de quantias que dele houver recebido, diretamente ou por intermédio de terceiros;

VIII - deixar de informar os dados exigidos nos termos desta Lei em documento ou em peça de comunicação dirigida a cliente, ao público ou ao respectivo conselho;

IX - deixar de observar as normas legais e técnicas pertinentes à execução de trabalhos técnicos;

X - agir de maneira desidiosa na execução do trabalho contratado;

XI - deixar de pagar anuidades, taxas, tarifas de serviços ou multas devidos ao respectivo conselho quando devidamente notificado;

XII - não efetuar o Termo de Responsabilidade Técnica quando for obrigatório;

XIII - exercer a profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício a pessoas não inscritas ou impedidas;

XIV - abster-se de votar nas eleições do respectivo conselho federal.

Art. 21. São sanções disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão do exercício da atividade de técnico industrial ou de técnico agrícola, conforme o caso, em todo o território nacional por período entre 30 (trinta) dias e 1 (um) ano;

III - cancelamento de registro;

IV - multa no valor de 1 (uma) a 10 (dez) anuidades.

§ 1º Na hipótese de o profissional ou a sociedade profissional de técnicos industriais ou de técnicos agrícolas, conforme o caso, deixar de pagar anuidades, taxas, tarifas de serviços ou multas devidos ao respectivo conselho, quando devidamente notificado, será aplicada suspensão até a regularização da dívida.

§ 2º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo poderá incidir cumulativamente com as demais.

§ 3º Na hipótese de participação de profissional vinculado a conselho de outra profissão em infração disciplinar, o referido conselho deverá ser comunicado.

Art. 22. Os processos disciplinares dos conselhos federais e dos conselhos regionais observarão as regras constantes da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, desta Lei e, de forma complementar, das resoluções do respectivo conselho federal.

Art. 23. O processo disciplinar poderá ser instaurado de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada.

Art. 24. A pedido do representado ou do representante, o processo disciplinar poderá tramitar em sigilo, disponíveis as informações e os documentos nele contidos apenas ao representado, ao eventual representante e aos procuradores por eles constituídos.

§ 1º Após a decisão final, o processo será tornado público.

§ 2º Caberá recurso das decisões definitivas proferidas pelos conselhos regionais ao conselho federal, que decidirá em última instância administrativa.

§ 3º Além do representado e do representante, o presidente e os conselheiros do conselho federal são legitimados para interpor o recurso previsto no § 2º deste artigo.

Art. 25. A pretensão de punição das sanções disciplinares prescreverá no prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do fato.

Parágrafo único. A prescrição será interrompida pela intimação do acusado para apresentar defesa.

Art. 26. Cabe a cada conselho regional a emissão do registro da carteira de identificação para o exercício das atividades de técnico industrial ou de técnico agrícola, conforme o caso, que estabelecerem domicílio profissional no respectivo território, prevalecendo o domicílio da pessoa física.

Parágrafo único. O registro de que trata o **caput** deste artigo habilita o profissional a atuar em todo o território nacional.

Art. 27. Os conselhos federais e os conselhos regionais serão auditados anualmente por auditoria independente, e os resultados serão divulgados para conhecimento público.

§ 1º Após a aprovação pelo Plenário de cada conselho regional, as contas serão submetidas ao respectivo conselho federal para homologação.

§ 2º O disposto neste artigo não exclui a fiscalização pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 28. O exercício de funções da Diretoria Executiva e de conselheiro dos conselhos federais e dos conselhos regionais será considerado prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 29. O exercício de função em conselho regional é incompatível com o exercício de função em conselho federal.

Art. 30. Aos empregados dos conselhos federais e dos conselhos regionais aplica-se o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a legislação complementar.

Parágrafo único. Os empregados dos conselhos federais e dos conselhos regionais, ressalvados os ocupantes de cargo em comissão, serão admitidos mediante processo seletivo que observe o princípio da impessoalidade.

Art. 31. O Conselho Federal dos Técnicos Industriais e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas detalharão, observados os limites legais e regulamentares, as áreas de atuação privativas dos técnicos industriais ou dos técnicos agrícolas, conforme o caso, e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas.

§ 1º Somente serão consideradas privativas de profissional especializado as áreas de atuação nas quais a ausência de formação específica exponha a risco ou a dano material o meio ambiente ou a segurança e a saúde do usuário do serviço.

§ 2º Na hipótese de as normas do Conselho Federal dos Técnicos Industriais ou do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas sobre área de atuação estarem em conflito com normas de outro conselho profissional, a controvérsia será resolvida por meio de resolução conjunta de ambos os conselhos.

Art. 32. O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia deverão, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de entrada em vigor desta Lei:

I - entregar o cadastro de profissionais de nível técnico abrangidos pela Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais e ao Conselho Federal de Técnicos Agrícolas, conforme o caso;

II - depositar em conta bancária do Conselho Federal dos Técnicos Industriais ou do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas da circunscrição correspondente o montante de 90% (noventa por cento) da anuidade **pro rata tempore** recebida dos técnicos a que se refere esta Lei, em cada caso, proporcionalmente ao período restante do ano da criação do respectivo conselho;

III - entregar cópia de todo o acervo técnico dos profissionais abarcados nesta Lei.

Parágrafo único. Ressalvado o disposto no inciso II do **caput** deste artigo, o ativo e o passivo do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia permanecerão integralmente com eles.

Art. 33. O Conselho Federal dos Técnicos Industriais e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas deverão escriturar separadamente os dados e os numerários referentes a cada ente federativo e retê-los até que o respectivo conselho regional seja instituído.

Parágrafo único. Por ocasião da instituição dos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e dos Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas, o respectivo conselho federal deverá repassar as informações a que se refere o **caput** deste artigo e transferir os recursos repassados pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, na forma estabelecida no inciso II do **caput** do art. 32.

Art. 34. A Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL), em articulação com as federações, os sindicatos e as associações dos profissionais referidos nesta Lei, coordenará o primeiro processo eleitoral para a criação dos conselhos federais, devendo a eleição e a posse ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Realizada a eleição e instalado o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, caberá ao respectivo conselho decidir em quais Estados serão instalados conselhos regionais e em quais Estados serão compartilhados conselho regional por insuficiência de inscritos.

Art. 35. A eleição dos primeiros conselheiros regionais será organizada pela Diretoria Executiva de cada conselho regional, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. A eleição de que trata o **caput** será realizada no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de posse dos membros da Diretoria Executiva e de instalação de cada conselho regional.

Art. 36. Os regimentos internos dos conselhos federais e dos conselhos regionais, constituídos na forma desta Lei, deverão ser elaborados no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de posse de seus conselheiros.

Art. 37. O Conselho Federal dos Técnicos Industriais e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas terão prazo de 1 (um) ano, após a entrada em vigor desta Lei, para elaborar o código de ética.

Parágrafo único. Aplicam-se as normas do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia aos técnicos industriais e aos técnicos agrícolas enquanto os novos conselhos federais não dispuserem diversamente.

Art. 38. Revoga-se o art. 84 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Art. 39. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de março de 2018; 197oda Independência e 130oda República.

MICHEL TEMER

Torquato Jardim



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 90.922, DE 6 DE FEVEREIRO DE 1985.

Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 5º da Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968,

DECRETA:

Art 1º Para efeito do disposto neste Decreto, entendem-se por técnica industrial e técnico agrícola de 2º grau ou, pela legislação anterior, de nível médio, os habilitados nos termos das [Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961, 5.692, de 11 de agosto de 1971 e 7.044, de 18 de outubro de 1982.](#)

Art 2º É assegurado o exercício da profissão de técnico de 2º grau de que trata o artigo anterior, a quem:

I - tenha concluído um dos cursos técnicos industriais e agrícolas de 2º grau, e tenha sido diplomado por escola autorizada ou reconhecida, regularmente constituída, nos termos das Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961, 5.692, de 11 de agosto de 1971 e 7.044, de 18 de outubro de 1982;

II - seja portador de diploma de habilitação específica, expedido por instituição de ensino estrangeira, revalidado na forma da legislação pertinente em vigor;

III - sem habilitação específica, conte, na data da promulgação da [Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968](#), 5 (cinco) anos de atividade como técnico de 2º grau.

Parágrafo único. A prova da situação referida no inciso III será feita por qualquer meio em direito permitido, seja por alvará municipal, pagamento de impostos, anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou comprovante de recolhimento de contribuições previdenciárias.

Art 3º Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2º grau observado o disposto nos arts. 4º e 5º, poderão:

I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;

II - prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;

III - orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;

IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;

V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.

Art 4º As atribuições dos técnicos industriais de 2º grau, em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e de sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:

I - executar e conduzir a execução técnica de trabalhos profissionais, bem como orientar e coordenar equipes de execução de instalações, montagens, operação, reparos ou manutenção;

II - prestar assistência técnica e assessoria no estudo de viabilidade e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes atividades:

1. coleta de dados de natureza técnica;

2. desenho de detalhes e da representação gráfica de cálculos;

3. elaboração de orçamento de materiais e equipamentos, instalações e mão-de-obra;

4. detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança;

5. aplicação de normas técnicas concernentes aos respectivos processos de trabalho;

6. execução de ensaios de rotina, registrando observações relativas ao controle de qualidade dos materiais, peças e conjuntos;

7. regulação de máquinas, aparelhos e instrumentos técnicos.

III - executar, fiscalizar, orientar e coordenar diretamente serviços de manutenção e reparo de equipamentos, instalações e arquivos técnicos específicos, bem como conduzir e treinar as respectivas equipes;

IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de equipamentos e materiais especializados, assessorando, padronizando, mensurando e orçando;

V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional;

VI - ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério, nesses dois níveis de ensino.

§ 1º Os técnicos de 2º grau das áreas de Arquitetura e de Engenharia Civil, na modalidade Edificações, poderão projetar e dirigir edificações de até 80m² de área construída, que não constituam conjuntos residenciais, bem como realizar reformas, desde que não impliquem em estruturas de concreto armado ou metálica, e exercer a atividade de desenhista de sua especialidade.

§ 2º Os técnicos em Eletrotécnica poderão projetar e dirigir instalações elétricas com demanda de energia de até 800 kva, bem como exercer a atividade de desenhista de sua especialidade.

§ 3º Os técnicos em Agrimensura terão as atribuições para a medição, demarcação e levantamentos topográficos, bem como projetar, conduzir e dirigir trabalhos topográficos, funcionar como peritos em vistorias e arbitramentos relativos à agrimensura e exercer a atividade de desenhista de sua especialidade.

Art 5º Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos técnicos industriais de 2º grau, o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular.

Art 6º As atribuições dos técnicos agrícolas de 2º grau em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:

I - desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;

~~II - atuar em atividades de extensão, associativismo e em apoio à pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica;~~

II - atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; ([Redação dada pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

III - ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério, nesses dois níveis de ensino;

~~IV - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos, compatíveis com a respectiva formação profissional;~~

IV - responsabilizar-se pela elaboração de projetos e assistência técnica nas áreas de: ([Redação dada pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#))

a) crédito rural e agroindustrial para efeitos de investimento e custeio; ([Alínea incluída pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

b) topografia na área rural; ([Alínea incluída pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

c) impacto ambiental; ([Alínea incluída pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

d) paisagismo, jardinagem e horticultura; ([Alínea incluída pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

e) construção de benfeitorias rurais; ([Alínea incluída pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

f) drenagem e irrigação; ([Alínea incluída pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

~~V - elaborar orçamentos relativos às atividades de sua competência;~~

V - elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias; ([Redação dada pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

VI - prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:

~~1. coleta de dados de natureza técnica;~~

~~2. desenho de detalhes de construções rurais;~~

~~3. elaboração de orçamentos de materiais, insumos, equipamentos, instalações e mão-de-obra;~~

~~4. detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança no meio rural;~~

~~5. manejo e regulação de máquinas e implementos agrícolas;~~

~~6. assistência técnica na aplicação de produtos especializados;~~

~~7. execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários;~~

~~8. administração de propriedades rurais;~~

~~9. colaboração nos procedimentos de multiplicação de sementes e mudas, comuns e melhoradas, bem como em serviços de drenagem e irrigação.~~

a) coleta de dados de natureza técnica; ([Redação dada pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

b) desenho de detalhes de construções rurais; ([Redação dada pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

c) elaboração de orçamentos de materiais, insumos, equipamentos, instalações e mão-de-obra; ([Redação dada pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

d) detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança no meio rural; ([Redação dada pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

e) manejo e regulagem de máquinas e implementos agrícolas; ([Redação dada pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

f) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários; ([Redação dada pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

g) administração de propriedades rurais; ([Redação dada pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

VII - conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;

~~VIII - elaborar relatórios e pareceres técnicos, circunscritos ao âmbito de sua habilitação;~~

VIII - responsabilizar-se pelo planejamento, organização, monitoramento e emissão dos respectivos laudos nas atividades de : ([Redação dada pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

a) exploração e manejo do solo, matas e florestas de acordo com suas características; ([Alínea incluída pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

b) alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais; ([Alínea incluída pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

c) propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação; ([Alínea incluída pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

d) obtenção e preparo da produção animal; processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais; ([Alínea incluída pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

e) programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos; ([Alínea incluída pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

f) produção de mudas (viveiros) e sementes; ([Alínea incluída pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

IX - executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;

X - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de equipamentos e materiais especializados, assessorando, padronizando, mensurando e orçando;

XI - emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial;

~~XII - prestar assistência técnica na comercialização e armazenamento de produtos agropecuários;~~

XII - prestar assistência técnica na aplicação, comercialização, no manejo e regulagem de máquinas, implementos, equipamentos agrícolas e produtos especializados, bem como na recomendação, interpretação de análise de solos e aplicação de fertilizantes e corretivos; ([Redação dada pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

XIII - administrar propriedades rurais em nível gerencial;

XIV - prestar assistência técnica na multiplicação de sementes e mudas, comuns e melhoradas;

~~XV - conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;~~

XV - treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção; ([Redação dada pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

XVI - treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade;

~~XVII - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional;~~

XVII - analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas; ([Redação dada pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002](#)).

§ 1º Os técnicos em Agropecuária poderão, para efeito de financiamento de investimento e custeio pelo sistema de crédito rural ou industrial e no âmbito restrito de suas respectivas habilitações, elaborar projetos de valor não superior a 1.500 mvr.

§ 2º Os técnicos Agrícolas do setor agroindustrial poderão responsabilizar-se pela elaboração de projetos de detalhes e pela condução de equipe na execução direta de projetos agroindustriais.

XVIII - identificar os processos simbióticos, de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratamentos das culturas; [\(Inciso incluído Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

XIX - selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de vetores e pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos; [\(Inciso incluído Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

XX - planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita, responsabilizando-se pelo armazenamento, a conservação, a comercialização e a industrialização dos produtos agropecuários; [\(Inciso incluído Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

XXI - responsabilizar-se pelos procedimentos de desmembramento, parcelamento e incorporação de imóveis rurais; [\(Inciso incluído Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

XXII - aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético; [\(Inciso incluído Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

XXIII - elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e agroindustrial; [\(Inciso incluído Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

XXIV - responsabilizar-se pelas empresas especializadas que exercem atividades de dedetização, desratização e no controle de vetores e pragas; [\(Inciso incluído Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

XXV - implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária; [\(Inciso incluído Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

XXVI - identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos; [\(Inciso incluído Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

XXVII - projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos; [\(Inciso incluído Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

XXVIII - realizar medição, demarcação de levantamentos topográficos, bem como projetar, conduzir e dirigir trabalhos topográficos e funcionar como perito em vistorias e arbitramento em atividades agrícolas; [\(Inciso incluído Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

XXIX - emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial; [\(Inciso incluído Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

XXX - responsabilizar-se pela implantação de pomares, acompanhando seu desenvolvimento até a fase produtiva, emitindo os respectivos certificados de origem e qualidade de produtos; [\(Inciso incluído Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

XXXI - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional. [\(Inciso incluído Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

§ 1º Para efeito do disposto no inciso IV, fica estabelecido o valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto. [\(Parágrafo incluído Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

§ 2º As atribuições estabelecidas no **caput** não obstatam o livre exercício das atividades correspondentes nem constituem reserva de mercado. [\(Parágrafo incluído Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

Art 7º Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos Técnicos Agrícolas de 2º grau o exercício de outras atribuições desde que compatíveis com a sua formação curricular.

Art 8º As denominações de técnico industrial e de técnico agrícola de 2º grau ou, pela legislação anterior, de nível médio, são reservadas aos profissionais legalmente habilitados e registrados na forma deste Decreto.

~~Art 9º O disposto neste Decreto aplica-se a todas as habilitações profissionais de técnico de 2º grau dos setores primário e secundário, aprovadas pelo Conselho Federal de Educação.~~

Art. 9º O disposto neste Decreto aplica-se a todas as habilitações profissionais de técnico de 2º grau dos setores primário e secundário, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação [\(Redação dada pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#).

~~Art 10. Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem pelas características de seu currículo escolar, considerados, em cada caso, os conteúdos das disciplinas que contribuem para sua formação profissional. (Revogado pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002)~~

Art 11. As qualificações de técnico industrial ou agrícola de 2º grau só poderão ser acrescidas à denominação de pessoa jurídica composta exclusivamente de profissionais possuidores de tais títulos.

Art 12. Nos trabalhos executados pelos técnicos de 2º grau de que trata este Decreto, é obrigatória, além da assinatura, a menção explícita do título profissional e do número da carteira referida no art. 15 e do Conselho Regional que a expediu.

Parágrafo único. Em se tratando de obras, é obrigatória a manutenção de placa visível ao público, escrita em letras de forma, com nomes, títulos, números das carteiras e do CREA que a expediu, dos autores e co-autores responsáveis pelo projeto e pela

execução.

Art 13. A fiscalização do exercício das profissões de técnico industrial e de técnico agrícola de 2º grau será exercida pelos respectivos Conselhos Profissionais.

Art 14. Os profissionais de que trata este Decreto só poderão exercer a profissão após o registro nos respectivos Conselhos Profissionais da jurisdição de exercício de sua atividade.

Art 15. Ao profissional registrado em Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional será expedida Carteira Profissional de Técnico, conforme modelo aprovado pelo respectivo Órgão, a qual substituirá o diploma, valendo como documento de identidade e terá fé pública.

~~Parágrafo único. A Carteira Profissional de Técnico conterá, obrigatoriamente, o número do registro e a habilitação profissional de seu portador.~~

Parágrafo único. A Carteira Profissional conterá, obrigatoriamente, o número do registro e o nome da profissão, acrescido da respectiva modalidade. [\(Redação dada pelo Decreto nº 4.560, de 30.12.2002\)](#)

Art 16. Os técnicos de 2º grau cujos diplomas estejam em fase de registro poderão exercer as respectivas profissões mediante registro provisório no Conselho Profissional, por um ano, prorrogável por mais um ano, a critério do mesmo Conselho.

Art 17. O profissional, firma ou organização registrados em qualquer Conselho Profissional, quando exercerem atividades em outra região diferente daquela em que se encontram registrados, obrigam-se ao visto do registro na nova região.

Parágrafo único. No caso em que a atividade exceda a 180 (cento e oitenta) dias, fica a pessoa jurídica, sua agência, filial, sucursal ou escritório de obras e serviços, obrigada a proceder ao seu registro na nova região.

Art 18. O exercício da profissão de técnico industrial e de técnico agrícola de 2º grau é regulado pela [Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968](#), e, no que couber, pelas disposições das [Leis nºs 5.194, de 24 de dezembro de 1966](#) e 6.994, de 26 de maio de 1982.

Art 19. O Conselho Federal respectivo baixará as Resoluções que se fizerem necessárias à perfeita execução deste Decreto.

Art 20. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 06 de fevereiro de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Murillo Macêdo

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 7.2.1985



CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
 Lei Federal Nº 13639 de 26 de Março de 2018

CRT 01

Nº 1493752/2021

Emissão: 16/11/2021

Validade: 30/06/2022

Chave: DAYx1

Conselho Regional dos Técnicos Industriais 01

CERTIFICAMOS que a Pessoa Jurídica mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 13.639/2018, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) Responsável(veis) Técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: QUEIROZ PIVETTA EMPREENDIMENTOS EIRELLI EPP

CNPJ: 18.759.261/0001-55

Registro: 18759261000155

Categoria: Matriz

Capital Social: R\$ 70.000,00

Data do Capital: 27/08/2013

Faixa:

Objetivo Social: COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO, COM PREDOMINÂNCIA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL, CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E PÚBLICOS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO;

Restrições do Objetivo Social:

Endereço Matriz: RUA CORONEL NORONHA, 1340, VILA INDUSTRIAL, DOURADOS, MS, 79840090

Tipo de Registro: Definitivo Empresa

Data Inicial: 19/03/2019

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 2200009023DDBR

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.
- Esta certidão perderá a validade caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (3/3)

Autos de Infração

Responsáveis Técnicos

Profissional: ADRIANO RODRIGUES DA SILVA

Registro: 69263680159

CPF: 692.636.801-59

Data Início: 03/01/2019

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

TÉCNICO EM MECÂNICA

Atribuição: Atribuições conforme estabelecido na Lei 5.524 de 5 de novembro de 1968, no Decreto 90.922 de 6 de fevereiro de 1985 e no Decreto 4.560 de 30 de dezembro de 2002.

TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA

Atribuição: Atribuições conforme estabelecido na Lei 5.524 de 5 de novembro de 1968, no Decreto 90.922 de 6 de fevereiro de 1985 e no Decreto 4.560 de 30 de dezembro de 2002.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO MS

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

Válida até: sábado, 30 de setembro de 2023

Numero: 0000000117411

Registro CREA: 21642

Data de Registro: 07/03/2022

CNPJ: 18.759.261/0001-55

Razão Social: QUEIROZ ELETRICA E AR CONDICIONADO EIRELI

Endereço: Rua Coronel Noronha 1340, Vila Industrial Dourados / MS,

CEP: 79.840-090

Capital Social: R\$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS)

Objeto Social: > COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO, COM PREDOMINANCIA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO. > SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL. > CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E PUBLICOS. > INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO. > COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA. > COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO. > COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS E PARA FILMAGEMN, B > COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS. - - > REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS. > ATIVIDADES DE LIMPEZA DE RUAS, PISCINAS, REFRIGERAÇÃO DE AR E DUTOS DE VENTILAÇÃO. > COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS. > COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO. > COMÉRCIO VAREJISTA DE VIDROS. > COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. > COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS. > SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MÓVEIS DE QUALQUER MATERIAL. > COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PARA USO DOMÉSTICO, EXCETO INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO. > COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO. > COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS. > COMÉRCIO VAREJISTA DE TECIDOS. > "COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA. > COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO. >- COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO. > COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA, CORTINAS E PERSIANAS. > COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA. > COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA. > COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS. >- COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS. > ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS. - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO. > ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS. > REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO. > INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS. > ALUGUEL DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E APARELHOS DE USO DOMÉSTICO E PESSOAL; INSTRUMENTOS MÚSICAIS. > PROMOÇÃO DE VENDAS. - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA

Natureza Jurídica: Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)

Quadro societário

CPF/CNPJ	Nome	Qualificação
723.739.971-34	Leandro dos Santos Queiroz	Administrador





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO MS

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

Atestamos para os devidos fins, que a Pessoa Jurídica acima se encontra registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal nº 5.194 de 24 de Dezembro de 1966. Certifico ainda, em face o estabelecido nos arts. 68 e 69 da referida Lei, que a Pessoa Jurídica mencionada, bem como seus encarregados técnicos, não se encontram em débito com o CREA/MS. Certifico, mais, que esta Certidão não concede a pessoa jurídica o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, direta e efetiva dos seus responsáveis técnicos, dentro das respectivas atribuições;

A presente Certidão perderá a sua validade, caso ocorra qualquer modificação dos elementos cadastrais nela contidos, posterior a data de sua expedição.

O registro de Pessoa Jurídica somente lhe concede o direito de desempenhar as atividades técnicas constantes do seu objetivo social que estejam enquadradas no âmbito das atribuições do(s) seu(s) Responsável(is) Técnico(s).

Ramo de Atividade	Classificação da Atividade
Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	Secundária
Serviços de montagem de móveis de qualquer material	Secundária
Construção de edifícios	Secundária
Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	Secundária
Serviços de pintura de edifícios em geral	Secundária
Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	Secundária
Comércio varejista de material elétrico	Secundária
Comércio varejista de vidros	Secundária
Comércio varejista de ferragens e ferramentas	Secundária
Comércio varejista de materiais de construção em geral	Secundária
Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	Secundária
Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	Secundária
Comércio varejista de móveis	Secundária
Comércio varejista de artigos de colchoaria	Secundária
Comércio varejista de artigos de iluminação	Secundária
Comércio varejista de tecidos	Secundária
Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	Secundária
Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	Secundária
Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	Secundária
Comércio varejista de artigos de papelaria	Secundária
Comércio varejista de material elétrico	Primária
Instalação e manutenção elétrica	Secundária
Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	Secundária

Restrições: ENGENHARIA CIVIL, ENGENHARIA MECÂNICA E AGRONOMIA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO MS

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

Responsável: Francisca de Paula Rodrigues da Silva	Nº Registro: MS62792	Dt Registro: 15/07/2018
Engenheira de Energia - Definitivo	Atividades 1 a 18 do artigo 5º, parágrafo 1º da Resolução n. 10.73/16 do CONFEA, referente a geração e conversão de energia, equipamentos, dispostos e componentes para geração e conversão de energia, gestão em recursos energéticos, eficiência energética e desenvolvimento e aplicação de tecnologia relativa aos processos de transformação, de conversão e de armazenamento de energia. Deve ser acrescida as atribuições referentes a sistemas de refrigeração e de ar condicionado em instalações residenciais, industriais ou comerciais, do artigo 12 da Resolução n. 218/73 do CONFEA.	
Engenheira de Segurança do Trabalho - Definitivo	Artigo 4 da Resolucao 359/91 CONFEA (Conforme deliberacao do CREA RJ)..	

Campo Grande/MS, 9 de agosto de 2023.

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Portaria nº 043/2019. A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-MS www.creams.org.br

Código de controle da certidão: f57b3937-523d-4c3c-b910-d1190b817736

Data de Impressão: 09/08/2023 14:58:08



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO MS

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

Válida Até: 31 de Março de 2024

Número: 0000000159563

Qualificação do Profissional

Número Registro: 62792 / MS

Data de Registro: 15/07/2018

Número Visto:

RNP: 1318244129

CPF: 046.463.851-80

Nome: Francisca de Paula Rodrigues da Silva

Título(s) e atribuição(ões)

Engenheira de Segurança do Trabalho - Definitivo

Data Colação/Formação: 07/09/2021

Instituição/Campus: FACULDADE UNYLEYA

Atribuição: Artigo 4 da Resolução 359/91 CONFEA (Conforme deliberação do CREA RJ)..

Restrição:

Engenheira de Energia - Definitivo

Data Colação/Formação: 24/05/2018

Instituição/Campus: UFGD-DOURADOS

Atribuição: Atividades 1 a 18 do artigo 5º, parágrafo 1º da Resolução n. 10.73/16 do CONFEA, referente a geração e conversão de energia, equipamentos, dispostos e componentes para geração e conversão de energia, gestão em recursos energéticos, eficiência energética e desenvolvimento e aplicação de tecnologia relativa aos processos de transformação, de conversão e de armazenamento de energia. Deve ser acrescida as atribuições referentes a sistemas de refrigeração e de ar condicionado em instalações residenciais, industriais ou comerciais, do artigo 12 da Resolução n. 218/73 do CONFEA.

Restrição:

Endereço: Rua Natal 670, Vila Cuiabá Dourados / MS 79.841-010, casa 4 residencial OLD

Atestamos para os devidos fins, que o Profissional acima citado, encontra-se devidamente registrado junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194 de 24 de Dezembro de 1966. Certificamos ainda que, o mesmo está em dia com a anuidade, não constando, finalmente, estar cumprindo quaisquer penalidades impostas por este Conselho Regional. A presente Certidão perderá a sua validade, caso ocorra qualquer modificação dos elementos cadastrais nela contidos, posterior a data de sua expedição

Campo Grande/ MS, 25 de Janeiro de 2023.

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Portaria nº 043/2019.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-MS www.creams.org.br

Código de controle da certidão: ae45fd40-5632-4e9e-9c4b-98098e6374b6

Data de Impressão: 12/06/2023 15:37:41





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
 Lei Federal Nº 13639 de 26 de Março de 2018

CRT 01

Nº 1493751/2021

Emissão: 16/11/2021

Validade: 31/03/2022

Chave: Zcb6x

Conselho Regional dos Técnicos Industriais 01

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 13.639/2018, de 26/03/2018, conforme os dados a seguir. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento na referida Lei, que a referida pessoa física não se encontra em débito com o CFT.

Interessado(a)

Profissional: ADRIANO RODRIGUES DA SILVA

Registro: 69263680159

CPF: 692.636.801-59

Endereço: RUA FRANCISCO LUIZ VIEGAS, 350, VILA CUIABÁ, DOURADOS, MS, 79841040

Tipo de Registro: Definitivo

Data de registro: 17/07/2014

Título(s)

TÉCNICO

TÉCNICO EM MECÂNICA

Atribuição: Atribuições conforme estabelecido na Lei 5.524 de 5 de novembro de 1968, no Decreto 90.922 de 6 de fevereiro de 1985 e no Decreto 4.560 de 30 de dezembro de 2002.

TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA

Atribuição: Atribuições conforme estabelecido na Lei 5.524 de 5 de novembro de 1968, no Decreto 90.922 de 6 de fevereiro de 1985 e no Decreto 4.560 de 30 de dezembro de 2002.

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que, caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (4/4)

Autos de Infração

Responsabilidades Técnicas

Empresa: QUEIROZ PIVETTA EMPREENDIMENTOS EIRELLI EPP

Registro: 18759261000155

CNPJ: 18.759.261/0001-55

Data Início: 03/01/2019

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Empresa: INSTALAR REFRIGERAÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL EIRELI

Registro: 15104105000168

CNPJ: 15.104.105/0001-68

Data Início: 03/01/2019

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: QUEIROZ PIVETTA EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ nº 18759261/0001-55 situada a Rua CORONEL NORONHA, 1340, VILA INDUSTRIAL, DOURADOS/MS, CEP 79840-090, representada pelo seu proprietário sr. **LEANDRO DOS SANTOS QUEIROZ PIVETTA**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 001194616 SEJUSP/MS, CPF nº 72373997134, residente e domiciliado em Dourados/MS;

CONTRATADO: ADRIANO RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, casado, Técnico em Mecânica, rg nº 1037322 SSP/MS, CPF nº 69263680159, inscrito no CREA-MS sob nº 18568/D, data do registro 17/07/2014, residente e domiciliado na Rua Francisco Luiz Viegas nº 350 – Casa 48, Jardim João Paulo II, Dourados/MS.

As partes acima identificadas tem, entre si, junto e acertado o presente contrato de Prestação de Serviço que se referá pelas cláusulas seguintes e pelas condições de preço, forma e termo de pagamento descritas no presente.

DO OBJETO DO CONTRATO

Clausula 1ª. É objeto do presente contrato a prestação de serviço de responsável técnico para acompanhar as instalações e manutenções de ar, pela parte técnica da empresa (OBRA).

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Clausula 2ª. O CONTRATANTE deverá fornecer ao CONTRATADO todas as informações necessárias a boa execução dos Laudos e projetos, devendo especificar os detalhes necessários a perfeita consecução do mesmo.

Clausula 3ª. O CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos das taxas em seu nome, indispensáveis a conclusão dos trabalhos por este instrumento descritos, efetuar o pagamento ao CONTRATANTE na forma e condição estabelecidas na Clausula 5ª.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Clausula 4ª. É dever do CONTRATADO oferecer ao contratante a cópia do presente instrumento, contendo todas as especificações da prestação de serviço contratada, todos os recibos de taxas geradas durante o processo, caso existam em seu poder; ainda, é dever do CONTRATADO, prestar o serviço de responsabilidade técnica com ética pessoal e profissional, utilizando-se sempre de licitude em seus pareceres técnicos.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Clausula 5ª. O presente serviço será remunerado pela quantia supra equivalente ao salário de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) correspondente a 1º (um) salário mínimo vigente no País por mês correspondente a 10 (dez) horas semanal, referente aos serviços efetivamente prestados, devendo ser pago em dinheiro ou cheque, no ato da assinatura do presente contrato, quantia supra de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) e o restante nos meses subsequentes, após a confirmação em diário oficial, da seleção da

CONTRATANTE como prestadora do efetivo serviços adquiridos através de Licitações junto a Orgãos Publico.

DO PRAZO

Clausula 6ª. O CONTRATADO assume o compromisso de realizar o serviço por prazo DETERMINADO sendo seu inicio no dia 03/01/2019 com termino indeterminado, de acordo com a forma estabelecida no presente contrato.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

Clausula 7ª. Poderá o presente instrumento ser rescindido por qualquer das partes, em qualquer momento, sem que haja qualquer tipo de motivo relevante, não obstante a outra parte deverá ser avisada previamente por escrito, no prazo de 30 dias.

DO FORO

Clausula 8ª. Para dirimir quaisquer controversias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da comarca de Dourados-MS;

Por estarem assim juntos e contratados, firmam o presente instrumento, em tres vias de igual teor.

Dourados/MS, 27 de dezembro de 2019

Queiroz Pivetta Empreendimentos
Eireli-EPP

18.759.261/0001-55

Dourados/MS

LEANDRO DOS SANTOS QUEIROZ PIVETTA
Empresário

Leandro dos Santos Queiroz Pivetta
Rua Coronel Noronha, 1340
CEP 79840-090 - Dourados/MS

Adriano R da Silva
ADRIANO RODRIGUES DA SILVA
Técnico em Mecânica

TABELIONATO AGUIAR - 1º OFÍCIO NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua João Rosa Góes, 605 - Centro - Dourados - MS - CEP 79804-000 - FONE: (67) 3416-9200
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
ADRIANO RODRIGUES DA SILVA (45801),

Emolumentos: 6,00 Funjec 10%: 0,60 Funadep 6%: 0,36
Fund-ge 4%: 0,24 ISSQN 5%: 0,30 Feadmp/ms 10%: 0,60
Total: 8,10 Dourados-MS 15/01/2019 Att: NATALIA
Dou fe. Em testemunho () da verdade.

Hudson Ferreira Pinheiro - Esc.
Selo: ABD 91724 700 NOR

TABELIONATO AGUIAR - 1º OFÍCIO NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua João Rosa Góes, 605 - Centro - Dourados - MS - CEP 79804-000 - FONE: (67) 3416-9200
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
LEANDRO DOS SANTOS QUEIROZ PIVETTA (45255),

Emolumentos: 6,00 Funjec 10%: 0,60 Funadep 6%: 0,36
Fund-ge 4%: 0,24 ISSQN 5%: 0,30 Feadmp/ms 10%: 0,60
Total: 8,10 Dourados-MS 15/01/2019 Att: NATALIA
Dou fe. Em testemunho () da verdade.

Hudson Ferreira Pinheiro - Esc.
Selo: ABD 91723 341 NOR



DECISÃO IMPUGNAÇÃO

Processo nº **08038.007790/2020-91**
Pregão nº **1/ 2021**

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de serviços de Instalação, Desinstalação, Manutenção Preventiva e Corretiva, com fornecimento de peças, em Condicionadores de Ar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos para a unidade da DPU no Estado do Rio grande do Sul.

DA SITUAÇÃO FÁTICA:

A empresa QUEIROZ PIVETTA EMPREENDIMENTOS EIRELI-EPP pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 18.759.261/0001-55, de maneira tempestiva, impugnou o Edital 1/2021 trazendo como principal argumentação a inserção no ato convocatório de cláusula que solicite a exigência de registro no CFT – Conselho Federal de Técnicos Industriais de empresas participantes, bem como seus técnicos colaboradores.

DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

Preliminarmente, insta-nos transcrever o que diz o Edital, *in verbis*:

10.11.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), em plena validade;

Faz-se necessário registrar, que os Técnicos Industriais, outrora vinculados ao “CREA” por força de lei (Lei nº 13 .639/ 2018), adquiriram autonomia, ou seja, deixaram de pertencer ao Conselho supracitado e passaram a integrar o Conselho Regional dos Técnicos Industriais, com autonomia administrativa e financeira e com estrutura federativa; que tem como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional

das respectivas categorias, consoante prescreve o Art. 1º da Lei Federal nº 13. 639 de 26 de março de 2018:

“Art. 1º -São criados o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas, autarquias com autonomia administrativa e financeira e com estrutura federativa”. (...)

“Art. 3º - Os conselhos federais e regionais de que trata esta Lei têm como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional das respectivas categorias”.

Somado a isto, a Resolução nº 068 – CFT, de 24 de Maio de 2019, define quais os profissionais Técnicos Industriais estão habilitados para elaboração e execução do PMOC – Plano de Manutenção Operação e Controle de Sistemas de Climatização de Ambiente.

Nesse sentido prescreve o art. 1º da Resolução supracitada:

“Art. 1º. O profissional Técnico Industrial habilitado para planejar, elaborar, executar, coordenar, controlar, inspecionar e avaliar a execução de manutenção de sistema de refrigeração e climatização, e todos os serviços do PMOC — Plano de Manutenção Operação e Controle, relacionados é o Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado, Técnico em Mecânica e o Técnico em Eletromecânica”.

Como pode se observar, a Resolução acima transcrita define quais os profissionais Técnicos Industriais estão habilitados para execução dos serviços que constam do objeto do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2021, acima explicitado.

Diante disso, é possível concluir que o Edital impugnado necessita de reforma de modo que não haja restrição da competitividade no certame, trazendo também a possibilidade de participação de empresas que estejam vinculadas ao CFT ou CRT.

A CONCLUSÃO:



Isto posto, as colocações trazidas à baila pela impugnante merecem prosperar.

Por essa razão, balizado no princípio da razoabilidade e da ampliação da competitividade, **CONHEÇO** a impugnação da empresa QUEIROZ PIVETTA EMPREENDIMENTOS EIRELI-EPP, por ser tempestiva e estar nos moldes legais para, no mérito **DEFERI-LA**, baseado nos dispositivos descritos, **RETIFICANDO** o EDITAL 1/2021.

Brasília-DF, 12 de janeiro de 2021.

Edgar Paes Neto
Pregoeiro / DPGU



DECLARAÇÃO

QUEIROZ ELETRICA E AR CONDICIONADO EIRELI EPP, CNPJ no. 18.759.261/0001-55, Inscrição Estadual nº 28412159-2, sediada na Rua Coronel Noronha, 1340, Vila Industrial, CEP 79840-090, Dourados-MS, telefone (67) 3020-5108 através do seu representante legal o Sr. **LEANDRO DOS SANTOS QUEIROZ**, proprietário, portador do RG nº 001194616 SEJUSP/MS e do CPF nº 723.739.971-34, para fins de atendimento as exigências constantes dos dispositivos editalícios, **DECLARA**, para os devidos fins **que o Responsável Técnico para a execução da obra/serviços objeto da presente licitação, em todas as fases do procedimento licitatório e execução contratual é o profissional abaixo assinado, conforme anuência do mesmo.**

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Dourados/MS,

LEANDRO DOS SANTOS QUEIROZ
Técnico Contabil
CRC/MS 009373

Leandro dos Santos Queiroz
Rua Coronel Noronha, 1340
Cep 79840-090 - Dourados/MS
(67) 99690-3524 zap

Eu **ADRIANO RODRIGUES DA SILVA**, residente e domiciliado à Rua Francisco Luiz Viegas, 350, casa 48, nesta cidade de Dourados/MS, Técnico em Mecânica, RG 001037322 SSP/MS, CPF 692.636.801-59 REGISTRO NACIONAL nº 131342585-0 CREA/MS 18568, Declaro que tenho pleno conhecimento do objeto da presente licitação, autorizo e aceito o exercício da função de Responsável Técnico na execução e acompanhamento dos serviços objeto da presente licitação.

Adriano Rodrigues da Silva
Técnico Mecânico / Eletrotécnico
CFT - CRT 01 / MS
692.636.801-59
ADRIANO RODRIGUES DA SILVA
Técnico em Mecânica



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Informação nº 1/2022/SLC

Curitiba, 12 de janeiro de 2022.

Assunto: análise de impugnação ao edital do pregão eletrônico nº 2/2022.

1. Trata de análise de impugnação aos termos do edital do pregão eletrônico nº 2/2022 (VETOR 263588), destinado à contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar das Unidades (Fóruns e Varas do Trabalho) do TRT da 9ª Região abrangidas pelas Setoriais de Cascavel e de Londrina.
2. A teor do contido no Decreto 10.024/19 ressalta-se que a peça impugnatória é tempestiva.
3. A impugnante alega que a exigência contida no item 9.10 do edital, que trata da qualificação técnica exigida para a presente contratação, estaria restringindo a competitividade neste certame. Argui que não somente o Crea e o CAU estariam aptos a cumprir tais exigências, mas também o Conselho Federal de Técnicos Industriais, criado pela Lei nº 13.639/2018.
4. Passa-se à análise.
5. Estabelece o item 9.10 do edital as seguintes exigências:

9.10 Qualificação Técnica:

9.10.1 Prova de inscrição junto ao CREA/CAU da Pessoa Jurídica e dos profissionais que compõem o quadro de responsáveis técnicos da empresa. Os responsáveis técnicos pertencentes ao quadro da empresa deverão obrigatoriamente atuar como responsáveis técnicos dos serviços.

9.10.2 Apresentação de no mínimo 1 (um) atestado/certidão/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre a execução de manutenção de aparelhos SPLIT, VRF e JANELEIROS, com capacidade mínima de 200 TR's (considerando 50% da capacidade instalada em cada Setorial) para fins comerciais ou de serviços, sem qualquer informação que a desabone.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

9.10.3 Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que comprove que o profissional indicado tenha realizado serviço com características pertinentes e compatíveis com as exigidas neste edital;

10 Manifestou-se a Secretaria de Engenharia e Arquitetura deste Tribunal nos seguintes termos:

“Considerando que o CFT é entidade recente, da qual não tínhamos conhecimento, mas legalmente amparada pela sua Lei de criação como habilitada a prestar os serviços, bem como emitir documento de responsabilidade técnica entendendo, smj, que deve o edital ser retificado, inserindo a entidade conforme solicitado.”

11 Considerando o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993¹, que veicula princípios basilares que devem ser seguidos para se garantir ampla participação em processos licitatórios bem como a proibição de regras que causem restrição à participação, **ACOLHO** os argumentos da peça impugnatória para retificação do edital do Pregão 2/2022, para que abarque, além do Crea e do CAU, também o Conselho de Federal de Técnicos Industriais, conforme Lei nº 13.639/2018, como entidade competente para assumir a responsabilidade técnica para o objeto do Pregão 02/2022.

Paulo Celso Gerva
Diretora da Secretaria de Licitações e Contratos

¹ Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no [art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#);